

Bruxelas, 7 de julho de 2026
(OR. en)

11410/26

AGRI 566
AGRIORG 91

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	7 de julho de 2026
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2026) 355 final
Assunto:	Plano de Ação para a Resiliência, Autonomia Estratégica e Sustentabilidade do Sistema Europeu das Proteínas

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2026) 355 final.

Anexo: COM(2026) 355 final



COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 7.7.2026
COM(2026) 355 final

Plano de Ação

**para a Resiliência, Autonomia Estratégica e Sustentabilidade do Sistema Europeu das
Proteínas**

A Europa está numa encruzilhada. Num mundo em rápida mutação, num contexto de incerteza crescente, são necessárias medidas audaciosas para impulsionar a nossa competitividade económica, reforçando simultaneamente a nossa autonomia estratégica. Com a segurança e a resiliência no centro da agenda política e a pressão crescente sobre o modelo de crescimento da Europa, as principais dependências económicas estão a transformar-se em vulnerabilidades geopolíticas.

Neste contexto, as atuais dependências de fatores de produção importados, como adubos, alimentos para animais e energia, **não são apenas ameaças para a nossa segurança alimentar, mas também vulnerabilidades críticas que afetam a nossa resiliência**. Por conseguinte, a redução destas dependências estratégicas é crucial para a agenda da UE sobre a preparação e segurança. É necessária uma ação coletiva de todas as partes interessadas para garantir que a UE possa amplificar a sua segurança interna e externa⁽¹⁾.

A grande dependência da UE de aprovisionamento de proteínas para alimentação animal provenientes de um número limitado de origens não só torna o nosso sistema agroalimentar vulnerável às flutuações do mercado mundial, como também afeta a capacidade de reduzir os riscos nas cadeias de abastecimento e trava a evolução na transição para a sustentabilidade.

Conforme anunciado na Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar⁽²⁾, a Comissão **elaborou o presente plano abrangente** para enfrentar estes desafios. Integra esforços políticos, de investigação e práticos para criar um sistema europeu das proteínas mais autónomo e sustentável, diversificando simultaneamente as fontes de importação. A diversificação das proteínas responde ao apelo político feito pelos dirigentes da UE, consagrado na **Declaração de Versalhes**⁽³⁾ de 2022, no sentido de aumentar a produção de proteínas vegetais na UE, e pelo Parlamento Europeu, na sua resolução de 2023 sobre a Estratégia europeia para as proteínas⁽⁴⁾.

Para aumentar a produção sustentável de proteínas vegetais na UE, é necessário que se encontrem os incentivos adequados para desenvolver tanto a oferta como a procura, enquanto passo fundamental para que a UE realize progressos a nível da **resiliência transformadora** de que o continente necessita. Um sistema das proteínas resiliente e sustentável, além de contribuir para os objetivos da UE em matéria de segurança alimentar e energia, também criará novas oportunidades nas zonas rurais, contribuirá para o objetivo de neutralidade climática até 2050 e acelerará a execução dos objetivos estabelecidos na recente Estratégia da UE para a Bioeconomia⁽⁵⁾ e no Plano de Ação para os Adubos⁽⁶⁾.

A transição para um **sistema das proteínas resiliente e sustentável** exige **uma melhor coordenação das políticas** com vista a:

- aumentar a **autonomia estratégica** aberta, alargando o **aprovisionamento sustentável de proteínas na UE** através de incentivos para que os **agricultores** adotem sistemas de produção

⁽¹⁾ Comissão Europeia, *Relatório de prospetiva estratégica de 2025 — Resiliência 2.0: Capacitar a UE para prosperar num contexto de turbulência e incerteza*, COM(2025) 484 final.

⁽²⁾ Comissão Europeia, *Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar — Construir juntos uma agricultura e um setor alimentar da UE atrativos para as gerações futuras*, COM(2025) 75 final.

⁽³⁾ Conselho da União Europeia, [Conselho \(Agricultura e Pescas\) sobre Proteínas: aprovisionamento, produção e sustentabilidade](#), 14 de julho de 2025; Conselho Europeu, [Declaração de Versalhes](#), 10 e 11 de março de 2022.

⁽⁴⁾ Parlamento Europeu, [Resolução, de 19 de outubro de 2023, sobre a Estratégia europeia para as proteínas \[2023/2015 \(INI\)\]](#).

⁽⁵⁾ Comissão Europeia, *Quadro estratégico para uma bioeconomia competitiva e sustentável na UE*, COM(2025) 960 final.

⁽⁶⁾ Comissão Europeia, *Plano de Ação para os Adubos: parceria para assegurar a disponibilidade, a acessibilidade dos preços e a autonomia estratégica dos adubos produzidos na UE*, COM(2026) 310 final.

diversificados com necessidades reduzidas de adubos, permitindo que cultivem proteaginosas saudáveis e resilientes,

- melhorar **a resiliência, a competitividade e a preparação** do sistema europeu das proteínas em geral, incluindo a indústria de alimentos para animais, promovendo **a investigação e a inovação e aumentando os investimentos**,
- reforçar as cadeias de valor das proteínas da UE, melhorando a **atratividade do mercado, incentivando a procura** e promovendo soluções locais e cadeias de abastecimento curtas.

Essa coordenação das políticas concretizará os **objetivos da UE em matéria de circularidade, clima e energia**, o que cria estímulos e justificações económicas adicionais para que os agricultores se empenhem na diversificação das proteínas.

O presente plano apresenta os factos principais, identifica os pontos de alavancagem e sugere ações em toda a cadeia de abastecimento para alcançar este objetivo. Além disso, complementa a **Estratégia para o setor pecuário**, adotada em 7 de julho de 2026. Embora os setores da pesca e da aquicultura sejam uma importante fonte e utilizadores de proteínas no sistema de alimentação humana e animal da UE, não são abrangidos pelo presente plano.

1. Aprovisionamento de proteínas vegetais na UE

A UE alberga um dos sistemas de produção agrícola mais competitivos e sustentáveis do mundo. No entanto, esta força é limitada pela dependência das importações de alimentos para animais com elevado teor proteico. O apoio no âmbito da política agrícola comum (PAC) aumentou a oferta interna de proteínas vegetais, para utilização tanto na alimentação animal como na alimentação humana, mas existe ainda potencial para um maior reforço, embora com algumas limitações naturais e estruturais.

Uma produção da UE baseada, em grande medida, em alimentos grosseiros e cereais com uma percentagem limitada de proteaginosas

A UE produz uma quantidade significativa de proteínas vegetais, mas principalmente sob a forma de alimentos grosseiros e cereais, ou seja, de **produtos com baixo ou médio teor proteico**. Na campanha de comercialização de 2025-2026, a UE produziu sensivelmente **67 milhões de toneladas de proteínas vegetais**⁽⁷⁾, das quais cerca de 31 milhões de toneladas de **alimentos grosseiros** e cerca de 29 milhões de toneladas de **cereais**⁽⁸⁾ (figura 1)⁽⁹⁾. Os prados representam mais de metade dos alimentos grosseiros. A produção de **plantas ricas em proteínas**⁽¹⁰⁾ na UE foi de 7,2 milhões de toneladas de proteínas em 2025-2026, tendo crescido significativamente nas duas décadas anteriores. A produção de proteínas a partir de **leguminosas secas** atingiu 1,3 milhões de toneladas em 2025-2026⁽¹¹⁾. Embora esta seja uma pequena parte do total, a sua produção aumentou 53 % no período de 2021-2026, em comparação com o período de 2011-2016.

(7) Estimativas da Comissão com base nos balanços da UE de cereais e oleaginosas e nos balanços da UE dos alimentos para animais.

(8) Os alimentos grosseiros são: erva, milho para ensilagem, leguminosas forrageiras e forragens secas.

(9) As estatísticas constantes do presente documento são apresentadas de forma mais pormenorizada nas fichas informativas disponíveis em: [*Reduzir o défice de proteínas vegetais na UE — Agricultura e desenvolvimento rural*](#).

(10) As plantas ricas em proteínas são definidas como as culturas arvenses com um teor proteico superior a 15 %, ou seja, oleaginosas e proteaginosas.

(11) As leguminosas secas são: ervilhas forrageiras, favas, tremço e outras proteaginosas.

		<i>Proteínas vegetais (milhões de toneladas)</i>		<i>Percentagem</i>	
Alimentos grosseiros		30,6		45,5 %	
Cereais		29,4		43,7 %	
Oleaginosas (exceto soja)		5,0		7,5 %	
Proteaginosas	Leguminosas secas	2,2	1,3	3,3 %	1,9 %
	Soja		0,9		1,4 %
Total		67,2		100 %	

Figura 1: produção de proteínas vegetais na UE na campanha de comercialização de 2025-2026

Fonte: DG AGRI — Balanços

Importa notar que uma transição para mais proteaginosas com um teor proteico mais elevado do que outras culturas arvenses teria apenas um impacto limitado no equilíbrio global das proteínas vegetais brutas, devido aos seus rendimentos comparativamente mais baixos. No entanto, o aumento da percentagem de proteaginosas nas rotações poderia reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), diminuindo a necessidade de adubos, cuja produção e utilização emitem GEE.

O aumento da produção de plantas ricas em proteínas na UE é atribuído principalmente ao apoio prestado através da PAC e aos programas de **investigação e inovação** agrícolas da UE, de acordo com as orientações do relatório de 2018 da Comissão⁽¹²⁾. Conforme salientado no Plano de Ação para os Adubos, a **propriedade de fixação de azoto** das proteaginosas⁽¹³⁾) ajuda a reduzir a necessidade de adubos, o que é um fator fundamental para apoiar o aumento da produção, em especial num contexto de escalada dos custos e tensões nas cadeias de abastecimento de adubos.

⁽¹²⁾ Comissão Europeia, [*Relatório sobre o desenvolvimento das proteínas vegetais na União Europeia, COM\(2018\) 757 final*](#).

⁽¹³⁾ No presente relatório, as proteaginosas referem-se a leguminosas (incluindo a soja). Note-se que a soja é por vezes considerada uma oleaginosa, mas não no presente relatório.

Importações na UE lideradas por soja proveniente das Américas, com potencial para a soja proveniente da Ucrânia

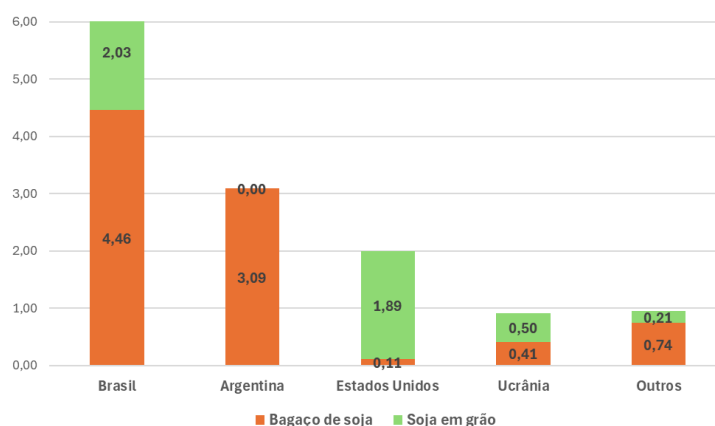


Figura 2: origem da proteína de soja importada para a campanha de comercialização de 2024-2025 (em milhões de toneladas de proteína bruta)

Fonte: DG AGRI — 2024/2025

A UE importa plantas ricas em proteínas, principalmente sob a forma de soja em grão e bagaço de soja, que representaram cerca de 13,4 milhões de toneladas de importações totais de proteínas em 2024-2025, produzidas em cerca de **13 milhões de hectares em países terceiros**, principalmente nos EUA e no Brasil, bem como na Argentina no caso do bagaço de soja.

A vizinhança da UE oferece oportunidades concretas para diversificar a dependência tradicional da UE em relação aos principais exportadores de soja. A Ucrânia produz 13,5 milhões de toneladas de proteínas vegetais, 60 % das quais são exportadas. Tal significa que a Ucrânia poderia desempenhar um papel mais importante no aprovisionamento de proteínas vegetais importadas pela UE. Numa futura adesão, esta situação poderia reduzir o défice comercial da UE de 13,9 milhões de toneladas para 4,7 milhões de toneladas e aumentar a autossuficiência da UE em proteínas vegetais de 76 % para 86 %. Além disso, a Ucrânia reforçou o seu papel enquanto parceiro estratégico da UE, duplicando a sua capacidade de produção de soja em 2024-2025 por comparação com 2021-2022, apesar das perturbações causadas pela guerra de agressão da Rússia. O potencial das importações provenientes dos Balcãs Ocidentais é menor, uma vez que alguns produtores tradicionais desses países passaram de exportadores de soja para uma situação de dependência das importações, impulsionada pelo aumento do consumo interno e por rendimentos mais baixos.

2. Procura de proteínas na UE

A procura de proteínas na Europa é impulsionada pelas necessidades do setor pecuário a nível de alimentos para animais, pelas preferências alimentares dos consumidores e por utilizações associadas às necessidades emergentes em matéria de circularidade e bioenergia.

Alimentos para animais

A pecuária representa, juntamente com as culturas arvenses produzidas para alimentação animal, mais de metade da produção agrícola total [59 % em 2024⁽¹⁴⁾]. Em 2025, o valor das exportações atingiu

⁽¹⁴⁾ Este valor corresponde ao rendimento primário gerado tanto pela produção proveniente da produção animal (45 %) como pela produção de culturas arvenses utilizadas como alimentos para animais (14 %).

55 mil milhões de EUR, criando um excedente comercial de 39 mil milhões de EUR. O setor pecuário é também o **maior utilizador de proteínas vegetais na UE**.

O setor pecuário da UE utiliza anualmente **74 milhões de toneladas** de proteínas na alimentação animal⁽¹⁵⁾. Cerca de 26 % são importadas, mas, dado que a UE também exporta o equivalente a 9 % de proteínas em produtos ou coprodutos de culturas arvenses, **a dependência líquida das importações de proteínas** é de 15 % da sua utilização total de alimentos para animais (ou cerca de 13 milhões de toneladas de proteínas).

Este valor agregado oculta diferenças por tipo de alimento para animais (Figura 33). Com efeito, a UE é, em grande medida, autossuficiente em alimentos para animais com baixo teor proteico, mas depende muito das importações de **alimentos para animais com elevado teor proteico (oleaginosas e proteaginosas)**: 74 % desses produtos utilizados na UE são importados. Este facto deve-se principalmente à proteína de soja, da qual 94 % é importada.

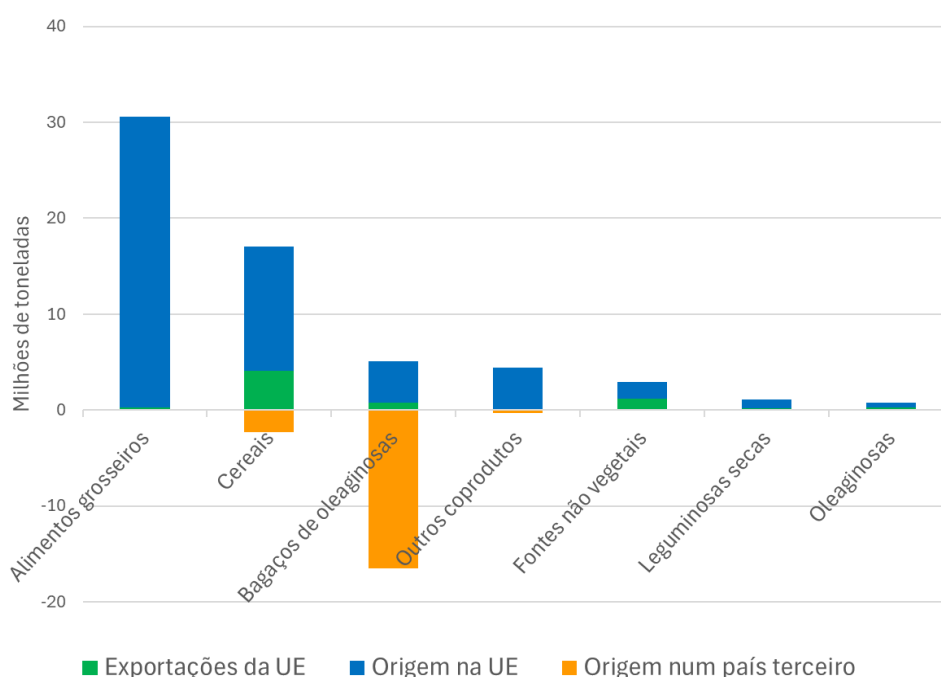


Figura 3: origem das proteínas utilizadas na alimentação dos animais na UE e exportações desses produtos (em milhões de toneladas de proteína bruta)

Fonte: DG AGRI — Balanço das proteínas dos alimentos para animais na UE — 2024/2025

Os **alimentos para animais de origem vegetal ricos em proteína**⁽¹⁶⁾) constituem uma parte significativa da utilização total de alimentos para animais, representando 31 % da utilização total de proteínas na alimentação animal da UE (ou 23,0 milhões de toneladas de proteínas)⁽¹⁷⁾. Desempenham um papel crucial em vários sistemas pecuários, otimizando a produtividade pecuária. A sua substituição por alternativas com um teor de proteína mais baixo que estejam mais facilmente disponíveis na UE seria muito difícil, em especial em termos de superfície necessária para o cultivo na UE. Além disso, exigiria uma avaliação cuidadosa da capacidade de substituir as matérias-primas para alimentação

⁽¹⁵⁾ As principais fontes de proteínas para a alimentação animal são os alimentos grosseiros (41 %), os cereais (21 %), a farinha de soja (19 %) e outros bagaços de oleaginosas (9 %), sendo os restantes 10 % provenientes de várias outras fontes.

⁽¹⁶⁾ Os alimentos para animais ricos em proteína têm um teor proteico superior a 30 %, tais como a maioria dos tipos de bagaços de oleaginosas.

⁽¹⁷⁾ Em contrapartida, 94 % dos alimentos para animais com baixo e médio teor proteico utilizados na UE têm aqui a sua origem, sendo a UE claramente um exportador líquido deste tipo de produtos.

animal satisfazendo simultaneamente as necessidades nutricionais dos animais, e dependeria do tipo de animais (Figura 4). Os setores dos **suínos e das aves de capoeira** são os principais utilizadores de farinhas ricas em proteína [representando 66 % da utilização de alimentos compostos para animais⁽¹⁸⁾ na UE], enquanto os setores do **leite e da carne de bovino** representam uma percentagem inferior (28 %).

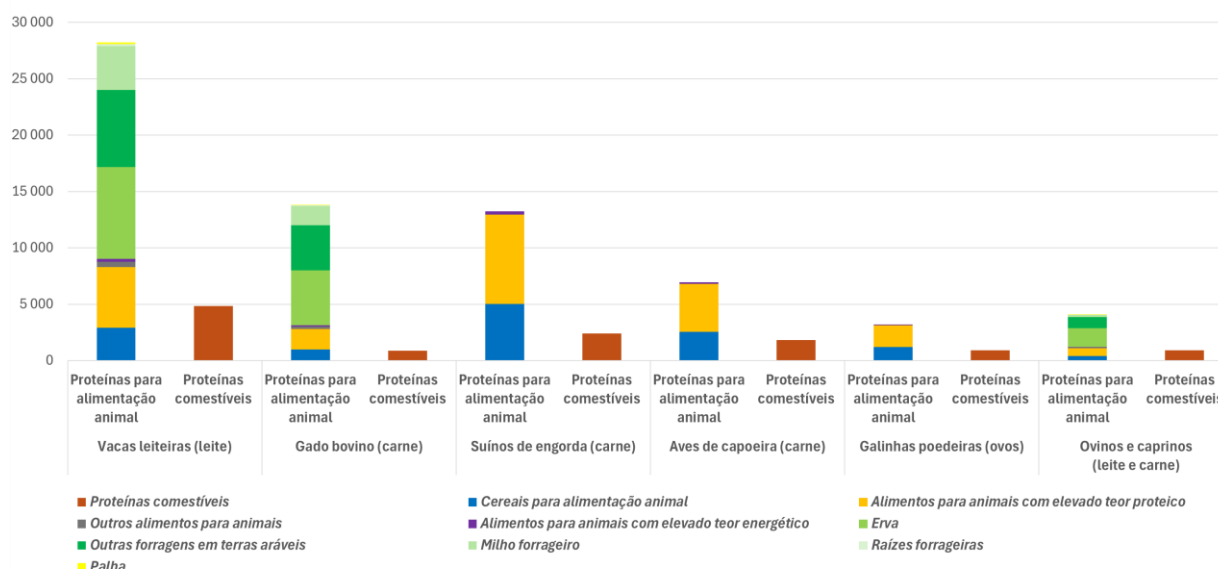


Figura 4: Utilização de proteínas para alimentação animal por tipo de animal na UE e produção de proteínas comestíveis daí resultante por tipo de animal na UE em 2022 (milhares de toneladas de proteína bruta)

Fonte: Base de dados do modelo CAPRI

A dependência em relação à importação de proteína para alimentação animal varia muito consoante o **tipo de animal e o sistema de produção**. Os sistemas mais intensivos dependem dos alimentos compostos para animais para uma grande parte das suas proteínas, representando anualmente 25,8 milhões de toneladas de proteínas para alimentação animal. Os alimentos compostos para animais representam 35 % da utilização total de proteínas pelo setor pecuário da UE. Os sistemas de criação de ruminantes mais extensivos, que assentam em prados e alimentos para animais e forragens produzidos localmente, dependem menos das importações do que os sistemas intensivos. Determinados sistemas de produção, como os agroecológicos, de produção biológica, de alimentação à base de erva e de policultura-pecuária, bem como as indicações geográficas, ou os sistemas ao abrigo de normas privadas, promovem ativamente a utilização de alimentos para animais de origem local, reduzem a dependência em relação a alimentos importados e fixam a produção no território.

A nível da UE, a percentagem de **alimentos para animais produzidos na exploração é, em média, limitada**: cerca de 21 % do total de alimentos para animais em 2023. A percentagem é mais elevada nas explorações pecuárias de ruminantes que também cultivam plantas (42 % em 2023) e mais baixa nas explorações especializadas em aves de capoeira ou suínos (7 %).

Diferentes sistemas de alimentação com diferentes níveis de dependência

O setor pecuário da UE caracteriza-se por diversas **estratégias de alimentação**. A exploração pecuária intensiva permite otimizar a alimentação através de condições precisas, adicionando aminoácidos

⁽¹⁸⁾ Os alimentos compostos para animais são produzidos através da mistura de, pelo menos, duas matérias-primas para alimentação animal, com ou sem aditivos.

sintéticos para complementar alimentos para animais com baixo teor proteico, enzimas ou aditivos para a alimentação animal que reduzem as emissões de metano. No entanto, UE importa grandes quantidades de aditivos para a alimentação animal (tais como vitaminas e aminoácidos), em especial da China, que detém uma posição extremamente dominante no mercado mundial destas substâncias e mesmo um quase monopólio para algumas delas. Por conseguinte, os setores dos alimentos para animais, da pecuária e da aquicultura da UE têm oportunidades muito limitadas para diversificar o seu aprovisionamento, como o presente documento analisará mais adiante. Por outro lado, os sistemas pecuários extensivos, em especial os de ruminantes alimentados com erva e a produção biológica, dependem significativamente menos da importação de alimentos para animais, proporcionando simultaneamente benefícios ambientais.

Por último, importa sublinhar que a UE é um dos **produtores mundiais de proteínas animais mais eficientes em termos de emissões de GEE** por unidade de produção⁽¹⁹⁾). A redução, de forma isolada, da produção animal na UE resultaria, em grande medida, na substituição do consumo de produtos de origem animal da UE por importações de maior intensidade carbónica, aumentando a pegada de GEE do consumo de produtos de origem animal na UE e causando perturbações indevidas na cadeia de valor dos produtos de origem animal da UE.

A circularidade como princípio orientador

De um modo geral, as proteínas vegetais provenientes de uma variedade de fontes comestíveis e não comestíveis desempenham um papel significativo na bioeconomia circular, nomeadamente quando transformadas pelos animais em alimentos e estrume. Embora várias culturas utilizadas para alimentos para animais sejam também transformadas para outras utilizações na indústria, para a produção de energia ou como géneros alimentícios, podem ainda gerar subprodutos com elevado teor proteico para alimentação animal ou humana. Por exemplo, o óleo de sementes de oleaginosas ou os amidos dos cereais podem ser separados para utilização humana, industrial ou energética, enquanto os restantes coprodutos, com elevado teor proteico, podem ser utilizados para alimentação animal ou humana. **Estes coprodutos provenientes de culturas transformadas constituem uma importante fonte de proteínas para os animais na UE.** Representam cerca de 34 % do consumo total de proteínas pelos animais, o que evidencia a forte interligação entre as cadeias de valor dos géneros alimentícios, dos alimentos para animais, da energia e da indústria.

As **políticas em matéria de bioenergia** têm um efeito direto na disponibilidade de proteínas para alimentação animal enquanto coproduto e na rentabilidade das culturas da UE ricas em proteínas. Os coprodutos provenientes da produção de energia na UE⁽²⁰⁾ constituem 47,2 % de todos bagaços de oleaginosas e 6,3 % do total dos alimentos para animais utilizados na UE. Os coprodutos da indústria alimentar e das bebidas representam 6 % do consumo de proteínas pelos animais na UE, embora os restos de géneros alimentícios representem apenas 0,7 %, devido a restrições técnicas e regulamentares relacionadas com a segurança dos alimentos para animais. A utilização segura de coprodutos proteicos provenientes da transformação de géneros alimentícios como alimentos para animais poderia ser alargada, uma vez que ajuda a reduzir o desperdício alimentar.

Diferentes eficácias proteicas por tipo de animal

A eficácia proteica da produção animal pode ser avaliada através da taxa de conversão das proteínas dos alimentos para animais em proteínas animais. O setor dos ovos de aves de capoeira apresenta a maior eficácia de conversão proteica, sendo necessários 3,6 kg de proteínas dos alimentos para animais para produzir 1 kg de proteínas animais. Segue-se o setor dos suínos, com 5,5 kg de proteínas dos

⁽¹⁹⁾ Modelo mundial da FAO de avaliação ambiental da pecuária (GLEAM) foodandagricultureorganization.shinyapps.io/GLEAMV3_Public/.

⁽²⁰⁾ Ou seja, bagaços de oleaginosas obtidos a partir de grãos de soja, colza e girassol triturados na UE para a produção de óleos utilizados para fins energéticos.

alimentos para animais para produzir 1 kg de proteínas animais, e do setor das vacas leiteiras, com 5,8 kg de proteínas dos alimentos para animais por 1 kg de proteínas animais. O setor da carne de bovino utiliza 15,9 kg de proteínas dos alimentos para animais para produzir 1 kg de proteínas animais. O aumento do consumo relativo de carne de aves de capoeira num contexto de declínio das outras carnes poderá contribuir, em certa medida, para reduzir a dependência da UE em relação à importação de alimentos para animais, melhorando a eficiência global da utilização de proteínas nestes alimentos.

Géneros alimentícios

Na UE, 64 % das proteínas consumidas pelos humanos são de origem animal (figura 4). Esta percentagem aumenta para 67 % nos EUA, enquanto na China as proteínas vegetais representam 59 % do consumo humano de proteínas. As tendências de consumo ao longo da última década apontam para um aumento da percentagem de proteínas animais nos regimes alimentares dos europeus, em detrimento das proteínas vegetais⁽²¹⁾.

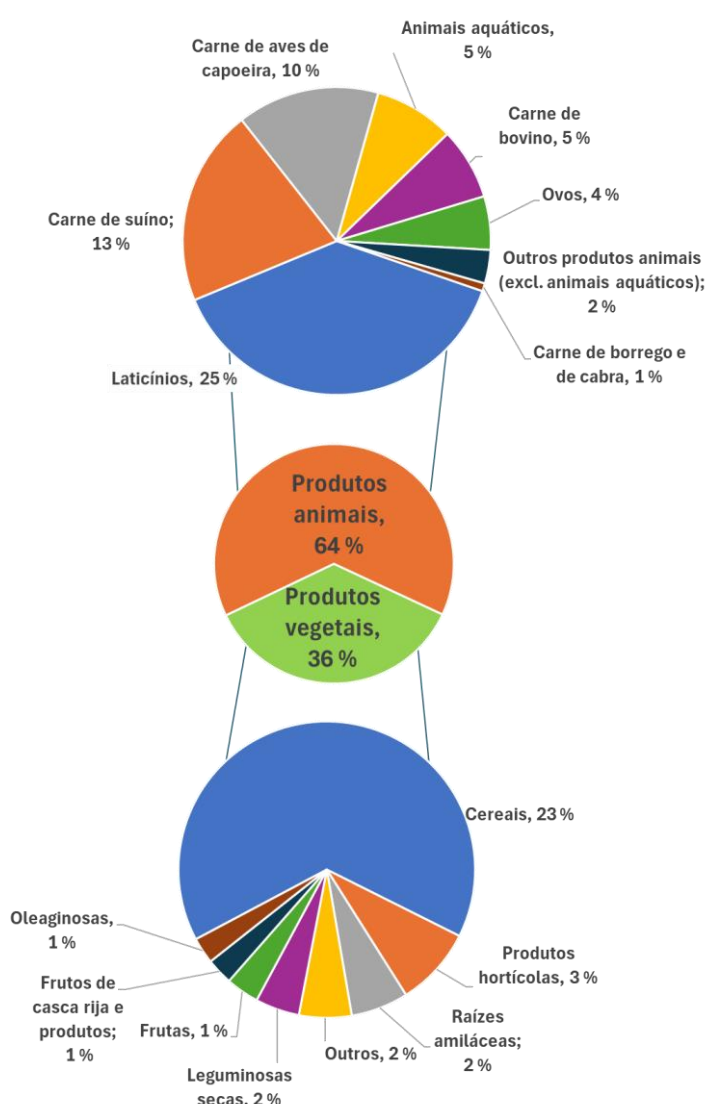


Figura 5: percentagem de proteínas por produto no regime alimentar da UE

Fonte: FAO — *Balanços Alimentares* — 2023

⁽²¹⁾ Entre 2010 e 2023, o consumo médio de proteínas animais por pessoa na UE aumentou 6 %, enquanto o consumo médio de proteínas vegetais diminuiu 4 % (FAO — *Balanços Alimentares*).

Os fatores que influenciam os atuais padrões de consumo incluem: i) tradições culturais e hábitos, ii) rendimentos, iii) comodidade, publicidade e comercialização, iv) interesse crescente pelos alimentos ricos em proteínas, v) a organização das cadeias de abastecimento e vi) os preços relativos dos produtos vegetais em relação aos produtos animais. É provável que as proteínas dos produtos lácteos registem o maior aumento relativo nos regimes alimentares dos europeus, à medida que o consumo de carne (com exceção das aves de capoeira) diminui. No caso das proteínas vegetais, as principais fontes são os cereais (23 % do consumo humano de proteínas) e as frutas e produtos hortícolas (4 %). Embora representem apenas 2 % da ingestão de proteínas, as leguminosas e as leguminosas secas são consideradas uma componente importante de um regime alimentar variado e sustentável, e vários Estados-Membros recomendam o aumento do seu consumo⁽²²⁾).

Tal como acontece com muitos alimentos, um regime alimentar diversificado contribui de forma importante para uma alimentação saudável. Regimes alimentares diversificados que incluam carne de animais criados à base de recursos alimentares adaptados às condições locais, juntamente com o consumo de proteínas vegetais provenientes de frutas, produtos hortícolas e leguminosas, podem desempenhar um papel importante na transição para um sistema alimentar mais resiliente e sustentável, apoiando simultaneamente cadeias de valor viáveis na UE. Para além de proporcionarem uma nutrição adequada e de permitirem resultados positivos em matéria de saúde, os regimes alimentares com uma elevada percentagem de alimentos de origem vegetal ajudam a apoiar os objetivos ambientais e climáticos.

3. Fontes de proteínas vegetais e de proteínas alternativas

A inovação está a prosperar no domínio das proteínas. A UE pretende ser líder mundial e impulsionar a inovação que apoie sistemas alimentares competitivos, sustentáveis e resilientes. Ao mesmo tempo, a produção de proteínas deve cumprir a regulamentação da UE em matéria de proteção da saúde, clima e ambiente. A inovação deve ser responsável e exige uma avaliação adequada no que diz respeito à sua sustentabilidade, bem como a considerações sociais, nutricionais e societárias. A Estratégia para as Ciências da Vida apresentada pela Comissão Europeia reconhece que os setores agrícola e alimentar europeus são um polo de inovação, com novos produtos e novas cadeias de valor que aliam segurança, sustentabilidade e responsabilidade social⁽²³⁾.

Atualmente, existem várias **inovações e fontes de proteínas de origem vegetal e proteínas alternativas no mercado**, para **utilização tanto na alimentação humana como na alimentação animal**. Alguns destes produtos estão bem estabelecidos e são aceites na Europa, tais como alimentos e bebidas à base de proteínas vegetais, ou produtos com proteínas obtidas por fermentação ou a partir de algas. As algas são também utilizadas como alimentos para animais e têm um potencial de mercado promissor. Algumas fontes alternativas de proteínas, como os insetos, são atualmente aceites sobretudo como alimentos para animais, embora estejam disponíveis no mercado dos produtos alimentares.

Outras alternativas no âmbito dos alimentos para animais, tais como produtos com origem na **fermentação de precisão ou na fermentação da biomassa ou em proteínas extraídas de culturas**, podem estar sujeitas a regras específicas de colocação no mercado. Várias destas alternativas têm potencial para criar novos modelos de negócio circulares para os agricultores e para a indústria dos alimentos para animais. As tecnologias baseadas na fermentação são uma via complementar no panorama mais vasto das proteínas, com implicações potenciais em todas as cadeias de valor agrícolas. Podem criar novas oportunidades para determinadas matérias-primas, fluxos secundários agrícolas e

⁽²²⁾ Comissão Europeia, *Legumes and Pulses — Knowledge for policy* 18 de dezembro de 2025; Comissão Europeia, *Food-Based Dietary Guidelines recommendations for legumes — Knowledge for policy*, 7 de novembro de 2025.

⁽²³⁾ Comissão Europeia, *Escolher a Europa para as ciências da vida — Uma estratégia que visa fazer da Europa o lugar mais atrativo do mundo para as ciências da vida até 2030*, COM(2025) 525 final.

alimentos para animais, contribuindo simultaneamente para a diversificação das fontes de proteínas. Prevê-se que o seu impacto na produção agrícola convencional continue a ser limitado a médio prazo, embora possam surgir efeitos mais significativos ao longo do tempo. A dimensão dos benefícios para os agricultores e para as zonas rurais dependerá da forma como as cadeias de valor são organizadas, uma vez que se espera que as tecnologias baseadas na fermentação coexistam com os sistemas e práticas agrícolas atuais. A Comissão está a concluir um estudo que analisa algumas destas questões⁽²⁴⁾. As fontes de proteínas para alimentação animal acima referidas constituem uma área de inovação e contribuem para este mercado em desenvolvimento a nível mundial.

Noutras jurisdições, estão a ser desenvolvidos e ampliados processos de fermentação inovadores, gerando benefícios económicos e novas fontes de rendimentos para os agricultores de fora da UE. Os agricultores da UE poderiam obter benefícios semelhantes, sob a forma de procura direta de matérias-primas agrícolas e de valorização dos fluxos secundários agrícolas. O futuro ato legislativo sobre biotecnologia II terá por objetivo reforçar a competitividade industrial da UE no domínio da biotecnologia industrial e da biofabricação, nomeadamente com base na fermentação avançada.

No que diz respeito aos géneros alimentícios, **prevê-se que os alimentos e as bebidas à base de proteínas vegetais tenham o maior potencial de mercado**, tendo em conta o quadro regulamentar estável e a aceitação pelos consumidores em comparação com outras proteínas alternativas. Estes produtos alternativos à base de plantas visam frequentemente reproduzir o sabor, a textura e o perfil nutricional dos produtos tradicionais de origem animal⁽²⁵⁾), embora alguns tenham sido submetidos a um maior grau de transformação. Ambos os tipos de produtos coexistem no mercado europeu e as regras específicas do Regulamento OCM⁽²⁶⁾ sobre a utilização de menções relativas aos produtos lácteos e, no futuro, de menções relativas à carne⁽²⁷⁾ são ou serão aplicáveis para melhorar a transparência e permitir que os consumidores façam escolhas bem informadas.

Os produtos à base de proteínas vegetais e os produtos à base de proteínas alternativas enfrentam vários desafios comuns que terão de ser superados antes de poderem ser mais amplamente adotados e integrados nos regimes alimentares da UE. Embora exista um quadro regulamentar da UE em matéria de novos alimentos⁽²⁸⁾, a compreensão e a aceitação do público são particularmente importantes em domínios como a tecnologia alimentar, em que poderá haver uma intersecção da inovação com considerações de saúde, cultura, ética, tradição, sociais, económicas e de sustentabilidade, o que exige um diálogo reforçado e inclusivo sobre esta matéria e um melhor conhecimento. Além disso, a acessibilidade dos preços, o sabor, a conveniência, os aspetos nutricionais e a rotulagem destes produtos podem constituir condicionalismos adicionais. Importa salientar que a **sustentabilidade** e a segurança dos produtos à base de proteínas alternativas devem ser cuidadosamente avaliadas, tal como acontece com os produtos alimentares convencionais. Por exemplo, os processos de produção de vários tipos de proteínas alternativas consomem muita energia, apresentando, em alguns

⁽²⁴⁾ Comissão Europeia, *Estudo sobre fermentação da biomassa e fermentação de precisão*, a concluir durante o segundo semestre de 2026.

⁽²⁵⁾ FAO, *The Plants That Feed the World: baseline data and metrics to inform strategies for the conservation and use of plant genetic resources for food and agriculture*, 2023.

⁽²⁶⁾ Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas (JO L 347 de 20.12.2013, p. 671).

⁽²⁷⁾ Comissão Europeia, *Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante ao reforço da posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar*, COM (2024) 577 final. Está atualmente a ser analisado pelo colegislador o aditamento de uma lista de menções a reservar apenas para produtos à base de carne.

⁽²⁸⁾ Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativo a novos alimentos, que altera o Regulamento (UE) n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga o Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 1852/2001 da Comissão.

casos, um consumo mais elevado do que as proteínas convencionais que poderão substituir⁽²⁹⁾). Por último, é conveniente prosseguir com a diversificação das proteínas, salvaguardando simultaneamente **a competitividade e a viabilidade a longo prazo** do setor **pecuário** europeu.

Do ponto de vista **económico e social**, o aumento das vendas de produtos à base de proteínas vegetais cria oportunidades para os agricultores e para as comunidades rurais. **A reorientação da produção e uma série de fluxos secundários agrícolas e coprodutos** para utilização em alimentos de origem vegetal e na produção de proteínas alternativas para alimentos para animais poderá criar novas receitas para os agricultores. A diversificação da oferta de proteínas cria oportunidades para novas cadeias de valor, quer para os alimentos para animais, quer para os géneros alimentícios.

4. Construir um sistema das proteínas resiliente e sustentável na UE

Continuam a existir obstáculos significativos à expansão da produção sustentável de proteínas vegetais, apesar de uma série de iniciativas políticas adotadas até à data para estimular o seu desenvolvimento. A ampla consulta realizada às partes interessadas identificou várias limitações, nomeadamente: a menor rendibilidade das proteaginosas, em especial associada à disponibilidade de conhecimentos, competências e fatores de produção específicos; uma cadeia de valor subdesenvolvida; a necessidade de infraestruturas, como o armazenamento e a transformação; lacunas a nível de investimento e a necessidade de uma cooperação mais estreita entre as partes interessadas, a fim de reduzir os riscos associados às decisões de transição.

São necessárias medidas a diferentes níveis de governação e por diferentes partes interessadas para acelerar o desenvolvimento da cadeia. **O êxito dependerá da capacidade de proporcionar uma abordagem integrada e de criar os incentivos adequados para desenvolver tanto a oferta como a procura de proteaginosas.**

O sistema europeu das proteínas do futuro assenta nos seguintes pilares, que, por sua vez, tornarão a circularidade e a ação climática uma justificação económica para os agricultores:

- aumentar a **autonomia estratégica** aberta através da expansão do **aprovisionamento sustentável de proteínas na UE**,
- melhorar **a resiliência, a competitividade e a preparação** do sistema europeu das proteínas em geral,
- reforçar as cadeias de valor das proteínas da UE, melhorando **a atratividade do mercado, incentivando a procura** e promovendo soluções locais.

4.1. Reforçar a coordenação das políticas

Uma transição coerente depende de uma maior articulação entre a PAC e as políticas da UE em matéria de competitividade, investigação e inovação, energia, coesão, ambiente, clima, saúde, contratação pública e comércio, assegurando simultaneamente que as políticas públicas e as iniciativas privadas trabalham em conjunto em toda a cadeia agroalimentar, desde a produção até ao consumo.

Estão já em curso várias ações, mas poderão ter de ser aceleradas e integradas. Em especial, à medida que intensifica as suas ambições ambientais e climáticas, a UE deve redobrar os esforços no sentido de promover uma maior coerência das normas de produção entre os seus parceiros comerciais. O desenvolvimento do setor das proteínas tem um grande potencial de contribuir para o cumprimento dos objetivos ambientais e de circularidade da UE.

⁽²⁹⁾ Parlamento Europeu: Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, [*Alternative protein sources for food and feed*](#) [não traduzido para português], abril de 2024.

O próximo quadro financeiro plurianual (QFP) cria oportunidades para estimular o setor das proteaginosas da UE através de um **planeamento integrado**, reduzir a dependência de proteínas importadas e reforçar a autonomia estratégica aberta da UE. Exige a criação de projetos para a cadeia de valor que possam combinar o apoio ao cultivo de proteaginosas no âmbito da PAC, uma melhor integração territorial e a construção de infraestruturas e instalações de transformação através dos planos de parceria nacional e regional (PPNR)⁽³⁰⁾ e, por último, a expansão dos investimentos em investigação e inovação através do programa-quadro de investigação Horizonte Europa e do Fundo Europeu de Competitividade (FEC)⁽³¹⁾. Juntamente com os **instrumentos de gestão dos riscos** que a Comissão está a elaborar, também em cooperação com o BEI, cria oportunidades sem precedentes para o setor das proteaginosas da UE.

Vários Estados-Membros estão já a avançar com iniciativas de promoção de um sistema das proteínas mais sustentável e resiliente. Estes esforços centram-se no aumento da produção e utilização locais de proteínas, na diversificação dos regimes alimentares, no desenvolvimento de proteínas alternativas e no reforço das cadeias de valor. O plano de ação dinamarquês para os alimentos de origem vegetal⁽³²⁾ constitui um exemplo da forma como os Estados-Membros podem reunir instrumentos a diferentes níveis de governação para apoiar a cadeia de valor dos alimentos à base de plantas.

Com vista a reduzir a sua dependência de proteínas vegetais importadas, recomenda-se aos Estados-Membros que, tal como especificado nas secções seguintes, tomem medidas adaptadas às suas necessidades, nomeadamente:

- promover a integração das proteaginosas nas suas práticas de rotação e diversificação das culturas, com base nos seus benefícios ambientais e climáticos,
- prestar apoio associado ao rendimento para o cultivo de proteaginosas, ajudando o setor a melhorar a sua competitividade,
- compensar os agricultores que mudem para as proteaginosas pelos riscos e pelos custos de produção mais elevados,
- integrar a diversificação das proteínas nas suas estratégias de renovação geracional e nas medidas do pacote de arranque para jovens agricultores,
- apoiar o investimento, a inovação, a comercialização, o armazenamento e a gestão dos riscos na produção de proteaginosas,
- facilitar ações coletivas, tais como medidas de promoção, colocação conjunta no mercado e uma maior utilização de contratos entre agricultores e outras partes interessadas na cadeia de valor das proteaginosas,
- reforçar os segmentos a jusante da cadeia de valor das proteaginosas através de investimentos a nível de infraestruturas, armazenamento e capacidade de transformação,
- ajudar os agricultores em dificuldade que produzem proteaginosas, erva e outras forrageiras herbáceas,
- reforçar o papel dos prados,
- incentivar os criadores de gado a optarem pela extensificação, quando aplicável,
- incentivar os agricultores a combinarem a produção vegetal com a pecuária,

⁽³⁰⁾ Os planos de parceria nacional e regional são um novo instrumento de planeamento proposto pela Comissão para o próximo QFP.

⁽³¹⁾ Comissão Europeia, *Fundo Europeu de Competitividade — Ficha informativa*, 22 de junho de 2026.

⁽³²⁾ Ministério da Alimentação, Agricultura e Pescas da Dinamarca, *Danish Action Plan on Plant-Based Foods*, outubro de 2023.

- acompanhar e incentivar a utilização de alimentos para animais de origem local nas explorações ou localmente, aumentar a suficiência a nível das explorações e reduzir a dependência de alimentos para animais com elevado teor proteico importados,
- apoiar regimes alimentares diversificados para reforçar a resiliência do sistema,
- conceber políticas fiscais que contribuam para a transição para um sistema alimentar resiliente,
- emitir orientações sobre balanços harmonizados das proteínas dos alimentos para animais e géneros alimentícios.

Os **diálogos específicos com os Estados-Membros sobre proteínas** constituirão uma plataforma para o intercâmbio de boas práticas e o acompanhamento da execução do plano para as proteínas. Os **diálogos anuais sobre alimentação**, que reúnem consumidores, produtores, indústria, retalhistas, autoridades públicas e a sociedade civil, proporcionam outra oportunidade de intercâmbio e de definição da agenda política.

4.2. Expandir o aprovisionamento sustentável de proteínas na UE

A capacidade da UE para aumentar a sua autonomia estratégica exige:

- incentivos para estimular o cultivo de proteaginosas,
- um conjunto de instrumentos de apoio aos agricultores,
- o reforço das cadeias de valor e do desenvolvimento regional,
- a melhoria da utilização sustentável dos prados e a integração da pecuária,
- a permissão para que os agricultores acedam a incentivos a nível de carbono e a créditos da natureza.

• Incentivar os agricultores a adotarem sistemas de produção diversificados com necessidades reduzidas de adubo

São necessários incentivos suficientes, apoio ao investimento e instrumentos de gestão dos riscos para conseguir uma diversificação das proteínas. Cabe aos Estados-Membros, orientados pelas recomendações acima referidas, conceber os seus planos e estratégias de diversificação das proteínas e fazer face às soluções de compromisso inerentes, tendo em conta os condicionalismos estruturais na Europa. Estas decisões estratégicas terão de ter em conta vários aspetos, nomeadamente os tipos de culturas, a sua adequação às condições agroclimáticas num país, o seu teor proteico, a utilização «dupla» (géneros alimentícios e alimentos para animais) e a capacidade de integração na rotação de culturas. Determinadas culturas, como a soja e as leguminosas secas e as leguminosas, têm um grande potencial e possibilidades realistas de expansão. Além disso, as leguminosas integradas numa rotação (nomeadamente como culturas de cobertura) apoiam práticas agrícolas sustentáveis, reduzindo as emissões de GEE e enriquecendo a fertilidade do solo através da fixação de azoto, reduzindo assim a necessidade de adubos.

Para além do requisito de rotação e diversificação das culturas no âmbito da nova gestão responsável das explorações agrícolas, os Estados-Membros podem utilizar um conjunto de instrumentos da PAC no âmbito da proposta para a PAC pós-2027⁽³³⁾. Esses instrumentos incluem o apoio associado ao rendimento e as ações agroambientais e climáticas para melhorar a atratividade das culturas ricas em proteínas a nível das explorações agrícolas. O apoio associado ao rendimento, para o qual foi proposto

⁽³³⁾ Comissão Europeia, *Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as condições de execução do apoio da União no âmbito da política agrícola comum para o período de 2028 a 2034*, COM(2025) 560 final; *Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 1308/2013*, (COM(2025)553 final).

um aumento das taxas de financiamento máximas, pode apoiar o desenvolvimento de proteaginosas, ao passo que as ações agroambientais e climáticas podem apoiar o cultivo de leguminosas, a utilização de estrume e o estabelecimento de culturas de cobertura, promovendo simultaneamente sistemas de agricultura biológica que integrem estas práticas.

A proposta da Comissão prevê uma nova característica importante com um potencial significativo: **pagamentos de transição** propostos no âmbito da PAC pós-2027, que podem ser considerados instrumentos de redução dos riscos. Ajudarão os agricultores a cobrir os custos de investimento e adaptação associados à introdução de proteaginosas nas rotações de culturas, nomeadamente novas máquinas, ajustamentos de equipamento, custos de aprendizagem e aumentos temporários dos custos de produção ou de mão de obra, bem como potenciais perdas associadas a uma menor rendibilidade em comparação com culturas alternativas.

A Comissão estabelecerá **um parâmetro de referência à escala da UE que permitirá acompanhar a melhoria da autonomia estratégica global da UE em matéria de proteínas**. O **observatório do mercado dos cereais, das oleaginosas e das proteaginosas** intensificará os seus esforços para facilitar o acompanhamento do mercado e a transparência do sistema das proteínas.

Através das **recomendações da PAC**, os Estados-Membros serão incentivados a incluir nos seus PPNR medidas que incentivem a produção de leguminosas, bem como de colza e girassol, apoiadas por aconselhamento adequado, e a acompanhar os progressos alcançados.

A **próxima geração de agricultores** desempenha um papel fundamental na aceleração da transição, graças ao seu espírito empresarial, ao acesso à inovação e a um horizonte de planeamento mais longo. Ao apoiar a sua modernização, diversificação e inovação, a estratégia para a renovação geracional na agricultura está em consonância com o desenvolvimento do setor das proteaginosas, contribuindo para a resiliência, a sustentabilidade e a competitividade do sistema agroalimentar. A Comissão recomenda que os **Estados-Membros integrem a diversificação das proteínas nas suas estratégias de renovação geracional e nas medidas do pacote de arranque para jovens agricultores**, a fim de proporcionar incentivos e oportunidades de negócio suficientes aos jovens agricultores.

A implantação de **instrumentos de gestão dos riscos e de instrumentos financeiros** ajudará os agricultores a adotar proteaginosas na sua atividade agrícola, tal como descrito na estratégia para o setor pecuário.

- **Conjunto de instrumentos para permitir que os agricultores cultivem proteaginosas sustentáveis, saudáveis e resilientes**

Na Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar, a Comissão salientou que os agricultores necessitam do conjunto de instrumentos adequado para poderem produzir de forma sustentável, tendo em conta, nomeadamente, as pressões exercidas pelas alterações climáticas e das doenças dos animais e das plantas. Este aspeto é ainda mais relevante para as proteaginosas, de forma a melhorar os rendimentos, a qualidade e a produção de variedades adaptadas ao clima. As novas técnicas genómicas (NTG) têm um potencial significativo para enfrentar os desafios associados ao cultivo e introduzir no mercado soluções mais adaptadas às alterações climáticas.

Os programas de melhoramento para proteaginosas devem, por conseguinte, centrar-se no desenvolvimento de variedades que combinem rendimentos mais elevados e mais estáveis, uma maior tolerância às pressões relacionadas com o clima (como secas e fenómenos meteorológicos extremos), uma maior resistência às pragas e às doenças e uma melhor qualidade nutricional, preservando simultaneamente a diversidade genética⁽³⁴⁾.

⁽³⁴⁾ Comité Permanente de Investigação Agrícola, *R&I for alternative protein sources towards strategic autonomy and sustainability in EU protein production*, [não traduzido para português], 6 de maio de 2026.

Para além da disponibilidade de variedades adequadas, os riscos fitossanitários e o controlo de infestantes continuam a ser os principais obstáculos à adoção de proteaginosas. Para resolver este problema, a Comissão propôs, num pacote *omnibus* relativo aos géneros alimentícios e aos alimentos para animais⁽³⁵⁾, simplificar os procedimentos regulamentares aplicáveis aos produtos fitofarmacêuticos, acelerar o acesso aos pesticidas de controlo biológico e tornar os processos de renovação mais eficientes. A Comissão também orientou investimento do Horizonte Europa para a proteção fitossanitária, que tem de continuar a responder às doenças existentes e emergentes.

A partilha de conhecimentos é fundamental para apoiar uma maior adoção das proteaginosas. As cooperativas, as redes da PAC da UE e as redes temáticas e de aconselhamento financiadas pelo Horizonte Europa⁽³⁶⁾ desempenham um papel importante através da ação conjunta. Os serviços de aconselhamento agrícola são também essenciais para apoiar a adoção de novas práticas e aumentar a sensibilização dos agricultores.

O acesso a maquinaria moderna adaptada às leguminosas e a outras proteaginosas é essencial para sementeiras e colheitas de precisão, contribuindo para melhorar a fiabilidade do rendimento e a qualidade dos produtos. O apoio ao investimento no âmbito da PAC desempenha um papel importante. Tendo em conta que estas culturas são muitas vezes cultivadas em áreas relativamente pequenas, as cooperativas podem facilitar o acesso a equipamento especializado através da partilha dos custos de investimento entre os agricultores.

- **Reforçar as cadeias de valor e as capacidades regionais para melhorar a atratividade do mercado**

Uma melhor integração da cadeia de valor e a criação de procura são fatores de «atração» fundamentais para concretizar a mudança.

A proposta da PAC pós-2027 reforça a cadeia de valor através da criação de um setor específico das proteaginosas e impondo o reconhecimento das organizações de produtores e interprofissionais, facilitando assim ações coletivas, como medidas de promoção e a colocação conjunta no mercado. Exige ainda que os Estados-Membros executem intervenções setoriais para as proteaginosas, a fim de apoiar o investimento, a inovação, a comercialização, o armazenamento e a gestão dos riscos.

É importante que a qualidade se reflita no preço e que os agricultores sejam renumerados de forma justa. As alterações à organização comum dos mercados⁽³⁷⁾, atualmente em análise pelos legisladores, destinadas a reforçar a confiança em toda a cadeia alimentar humana e animal, facilitarão uma maior utilização dos contratos entre os agricultores e outras partes interessadas na cadeia de valor das proteaginosas. Tal permitirá reduzir os riscos aquando da mudança para essas culturas, ao melhorarem a previsibilidade dos preços, ao garantirem mercados e ao clarificarem a procura.

Para além do apoio ao rendimento da PAC, o planeamento e o financiamento integrados no âmbito dos PPNR oferecem oportunidades para ajudar a desenvolver cadeias de valor através de **investimentos que reforçarão as infraestruturas, e a capacidade de armazenamento e de transformação necessárias para fazer corresponder a oferta à procura**. O FEC, que apoiará as empresas e os projetos ao longo de todo o percurso de investimento através de diferentes formas de apoio (subvenções, apoio reembolsável, financiamento misto), também pode dar um contributo importante. Por exemplo, o aumento da capacidade de transformação de proteaginosas na UE diversificaria os mercados e apoiaria uma distribuição mais territorial do gado com menor impacto ambiental. O FEC poderá apoiar

⁽³⁵⁾ Comissão Europeia, *Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à simplificação e ao reforço dos requisitos de segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais*, COM(2025) 1030 final.

⁽³⁶⁾ Estão disponíveis mais informações sobre [redes temáticas](#) e [redes de aconselhamento](#).

⁽³⁷⁾ Comissão Europeia, *Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante ao reforço da posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar*, COM (2024) 577 final.

investimentos em infraestruturas de alimentos para animais, géneros alimentícios e biorrefinarias, reforçando cadeias de valor resilientes da UE baseadas em proteínas de origem local.

Reduzir a dependência de alimentos para animais com elevado teor proteico importados implica preservar as aplicações industriais e energéticas das oleaginosas, a principal fonte interna da UE de proteínas para alimentação animal de elevada qualidade. A promoção da utilização da biomassa, tal como estabelecido na Estratégia para a Bioeconomia, aumentará ainda mais as oportunidades de mercado.

A Comissão já começou a colaborar com as partes interessadas na preparação para as novas oportunidades proporcionadas pelo futuro QFP, um trabalho que prosseguirá.

O desenvolvimento regional é muito importante para ultrapassar os desafios estruturais nas zonas e regiões rurais, nomeadamente a nível de serviços, défice de mão de obra, escassez de água, etc. O planeamento integrado no âmbito dos PPNR pode dar resposta a estas preocupações.

- **Melhorar a utilização sustentável dos prados e a integração dos animais**

A PAC pós-2027 mantém um forte apoio às forragens no âmbito de uma abordagem mais territorial da gestão dos prados e dos animais, alargando o apoio associado ao rendimento à erva e às forragens. Através das ações agroambientais e climáticas, os Estados-Membros podem promover sistemas extensivos, o pastoreio sustentável e uma maior utilização de erva na alimentação animal. O papel dos prados deve ser reforçado, uma vez que contribuem para as reservas de carbono, reduzem a dependência de alimentos para animais importados e ajudam a combater o abandono das terras, a perda de património cultural e os riscos naturais crescentes, nomeadamente os incêndios florestais. Para além do pastoreio, há margem para alargar a utilização de proteínas extraídas da erva a animais monogástricos.

- **Permitir que os agricultores acedam a incentivos a nível de carbono e a créditos da natureza**

A fim de proporcionar incentivos económicos para reduzir a utilização de adubos, tal como salientado no Plano de Ação para os Adubos, está a ser criado um método de certificação no âmbito do Regulamento Remoções de Carbono e Carbonicultura⁽³⁸⁾, para reconhecer as remoções de carbono resultantes da conversão de terras cultivadas em prados, melhorar a gestão dos prados e reduzir as emissões de N₂O através da utilização de leguminosas. Este quadro unificado permitirá aos agricultores de proteaginosas aceder a regimes de incentivos em matéria de carbono. Além disso, a anunciada revisão da adicionalidade e do âmbito de aplicação do quadro do Regulamento Remoções de Carbono e Carbonicultura constitui uma oportunidade para criar um leque mais vasto de justificações económicas para os agricultores participarem na carbonicultura.

Em consonância com o Roteiro para os Créditos da Natureza⁽³⁹⁾, as abordagens baseadas em créditos da natureza poderão também ajudar a recompensar sistemas de proteínas sustentáveis. Estes sistemas contribuem para manter, restaurar ou melhorar os ecossistemas, os *habitats* ou a biodiversidade, incluindo sistemas pecuários baseados no pastoreio em prados permanentes e sistemas baseados em leguminosas favoráveis à biodiversidade, como rotações diversificadas, culturas intercalares ou produção com baixo consumo de fatores de produção combinada com características paisagísticas.

⁽³⁸⁾ Regulamento (UE) 2024/3012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2024, que estabelece um regime de certificação da União relativo às remoções permanentes de carbono, à carbonicultura e ao armazenamento de carbono em produtos (JO L, 2024/3012, 6.12.2024).

⁽³⁹⁾ Comissão Europeia, *Roteiro para os créditos da natureza*, COM(2025) 374 final.

4.3. Promover a investigação e a inovação para reforçar os sistemas das proteínas

- **Investir na inovação das culturas e sementes para impulsionar a produção e a resiliência**

Os programas-quadro da União para a investigação e a inovação (I&I), o Horizonte 2020 e o Horizonte Europa, investiram mais de 190 milhões de EUR para apoiar a I&I em proteaginosas, nomeadamente o melhoramento, as culturas intercalares, a valorização dos serviços ecossistémicos, a transformação nas explorações agrícolas, as cadeias de valor e a produção de alimentos para animais, a fim de reforçar a autossuficiência da UE. No âmbito da missão da UE «Pacto Europeu para os Solos», os projetos também exploram o papel das proteaginosas na melhoria da saúde dos solos através de laboratórios vivos. A parceria europeia em matéria de saúde e bem-estar dos animais também aborda o tema através da alimentação animal e dos aditivos para a alimentação animal. A Parceria para a Agroecologia da UE aborda a diversificação das culturas e o potencial dos sistemas mistos. A parceria europeia Biodiversa+ aborda igualmente o tema sob uma perspetiva diferente, apoiando o desenvolvimento de sistemas perenes de cultivo de cereais⁽⁴⁰⁾.

É necessário um investimento específico em I&I para impulsionar a produção e a utilização de proteaginosas. As prioridades incluem, nomeadamente: o melhoramento vegetal e o desenvolvimento de sementes; a redução dos adubos; a proteção das culturas sustentáveis; a diversificação; e o desenvolvimento de cadeias de valor, a par da investigação sobre sistemas de pastoreio e formulações de alimentos para animais baseadas em proteínas locais. É igualmente necessária I&I no que diz respeito à aptidão para transformação, qualidade sensorial, nutrição, digestibilidade e alergenicidade das proteaginosas cultivadas na UE. Dada a variabilidade das variedades e das condições de cultivo, a qualidade normalizada, a avaliação dos riscos e os métodos de classificação são essenciais para apoiar a comercialização e uma utilização mais alargada. São igualmente necessárias tecnologias e infraestruturas de transformação adequadas para os géneros alimentícios e alimentos para animais, nomeadamente nas explorações agrícolas, para criar valor.

Os investimentos no desenvolvimento de tecnologias para melhor valorizar a biomassa, através da inclusão de resíduos e subprodutos nos alimentos para animais, devem também prosseguir em cooperação com o setor privado.

- **Reforçar a colaboração e a transferência de conhecimentos entre os intervenientes**

A colaboração em toda a cadeia de valor é fundamental para expandir a inovação. Iniciativas como a PEI-AGRI (Parceria Europeia de Inovação para a Produtividade e a Sustentabilidade Agrícolas) e a rede da PAC da UE apoiam o intercâmbio de conhecimentos, projetos colaborativos e boas práticas, ao passo que ligar I&I a serviços de extensão assegura uma transferência eficaz para os agricultores. Através de projetos multilaterais, atividades temáticas e iniciativas de ligação em rede, estas plataformas continuarão a promover as boas práticas em matéria de proteaginosas e a divulgar resultados pertinentes dos projetos executados a nível dos Estados-Membros. As suas atividades contribuirão igualmente para diálogos específicos com os Estados-Membros sobre proteínas e para os diálogos anuais sobre alimentação. A política de coesão para a I&I proporciona outro instrumento de apoio à inovação e várias regiões identificaram prioridades pertinentes nas suas estratégias de especialização inteligente⁽⁴¹⁾.

⁽⁴⁰⁾ Para mais informações, consultar [Biodiversa+](#).

⁽⁴¹⁾ As parcerias em estratégias de especialização inteligente (S3) e o instrumento relativo aos investimentos inter-regionais ligados à inovação (I3) já estão a reforçar a colaboração regional, a transferência de tecnologia e a expansão industrial em toda a Europa. As parcerias S3 reúnem regiões interessadas em novas cadeias de valor. Dois exemplos são a «agricultura de alta tecnologia» e os «ingredientes para a bioeconomia (I4BE)». O instrumento I3 apoia colaborações inter-regionais, ajudando as regiões a transformar investigação e

Uma abordagem abrangente de I&I para as proteínas tem de aprofundar os conhecimentos científicos e colmatar as lacunas, assegurando simultaneamente uma integração eficaz entre disciplinas⁽⁴²⁾. É necessário um maior financiamento para a investigação e a inovação, de modo a impulsionar a competitividade, a sustentabilidade e a resiliência das proteínas vegetais e das proteínas alternativas, com base no futuro FEC e no próximo Horizonte Europa. A futura nova abordagem estratégica em matéria de I&I para a agricultura, as florestas, as zonas rurais e os sistemas alimentares, constituirá a base de orientação dos futuros investimentos no desenvolvimento de novos conhecimentos, práticas e instrumentos para os setores das proteínas. A longo prazo, a prossecução dos trabalhos em domínios como a proteção fitossanitária, o melhoramento e a bioeconomia de base biológica, envolvendo tanto as organizações de investigação como o setor privado em todos estes domínios, reforçará ainda mais a adoção dos resultados.

4.4. Melhorar a resiliência, a competitividade e a preparação do sistema europeu das proteínas

A resiliência e a competitividade do sistema europeu das proteínas estão fortemente ligadas a ganhos de eficiência na alimentação animal e na criação, bem como na inovação, em que a UE é líder tecnológico:

- tornar os sistemas pecuários mais eficientes,
- otimizar as estratégias de alimentação animal,
- incentivar os alimentos para animais de origem regional e local,
- diversificar as importações, alinhando simultaneamente as normas de sustentabilidade,
- apoiar a produção interna de alimentos para animais e dos respetivos aditivos,
- assegurar a preparação e o planeamento de contingência.

• Adaptar os sistemas pecuários a fim de dar prioridade aos recursos locais

O potencial de otimização da procura de alimentos para animais reside numa melhor correspondência entre a produção animal e a produção regional e local de alimentos para animais.

Com base na atual PAC, a PAC pós-2027 oferece aos Estados-Membros opções para continuarem a apoiar a diversificação da produção animal, incluindo a extensificação, e medidas para incentivar uma **maior utilização de proteínas vegetais produzidas a nível regional e local**, através de instrumentos como o apoio ao rendimento com base na superfície, em especial para os sistemas mistos de produção agrícola e pecuária, e o reforço do apoio associado ao rendimento para os agricultores que combinam produção vegetal e produção animal. Nas zonas afetadas pela poluição por nitratos, a Comissão propôs que os Estados-Membros sejam obrigados a apoiar os agricultores na extensificação do seu sistema pecuário ou na diversificação das suas atividades e, no âmbito das novas ações agroambientais e climáticas, prestarão igualmente apoio à extensificação dos sistemas pecuários, por exemplo através de compromissos de gestão voluntários ou do novo pagamento de transição. Tal permitirá uma melhor utilização das terras marginais para os ruminantes, ao passo que, para os monogástricos, existem oportunidades para uma melhor utilização de coprodutos alimentares, em conformidade com as disposições pertinentes da legislação da União em matéria de alimentos para animais, subprodutos animais, encefalopatia espongiforme transmissível (EET) e transformação de biocombustíveis, o que

projetos-piloto em verdadeiras oportunidades económicas, como o desenvolvimento de uma nova cadeia de valor transnacional em biofertilizantes e soluções de bioeconomia.

⁽⁴²⁾ Comité Permanente de Investigação Agrícola, [*R&I for alternative protein sources towards strategic autonomy and sustainability in EU protein production*](#), [não traduzido para português], 6 de maio de 2026.

contribui para reduzir as emissões de GEE relacionadas com a alimentação animal e a concorrência em matéria de alteração do uso do solo.

Conforme desenvolvido na estratégia para o setor pecuário, a otimização da composição dos efetivos e dos modelos de negócio, em consonância com os recursos naturais disponíveis a nível regional, bem como a diversificação dos rendimentos dos criadores de gado afetados através de transformação de valor acrescentado, contribuirão igualmente para reduzir a dependência da UE de proteínas vegetais importadas.

- **Produção local de alimentos para animais**

A redução da dependência da UE de importações deve ser acompanhada de esforços para diminuir os custos da produção europeia de alimentos para animais. A substituição de alimentos proteicos para animais importados por alternativas europeias, regionais ou locais pode aumentar os custos para os criadores de gado, se estes forem mais caros do que os importados. Embora o apoio público possa ajudar a criar cadeias de valor resilientes dos alimentos para animais, estes custos devem ser absorvidos sem comprometer a competitividade. A estratégia para o setor pecuário define a via que permitirá uma identificação clara pelos consumidores, através da rotulagem voluntária e de cadeias de abastecimento curtas, para apoiar esta transição.

A montante dos criadores de gado, a expansão da capacidade regional de transformação e armazenamento é fundamental para aumentar a utilização de alimentos para animais de origem local. Os instrumentos de investimento disponíveis no âmbito da PAC já podem apoiar os agricultores e as organizações de produtores na criação dessas infraestruturas regionais de transformação e armazenamento, como unidades de secagem, biorrefinarias ou plataformas logísticas. O futuro FEC pode contribuir também para este objetivo, impulsionando investimentos destinados a melhorar a competitividade e a resiliência.

A fim de orientar as políticas e acompanhar os progressos, recomenda-se aos Estados-Membros que monitorizem a utilização de alimentos para animais de origem local⁽⁴³⁾. Além disso, a Comissão considerará a possibilidade de criar **rótulos voluntários ou menções reservadas facultativas** sobre a origem dos alimentos para animais utilizados na produção do produto.

- **Otimizar as estratégias de alimentação em todos os tipos de animais**

Os ruminantes podem ser alimentados com erva e contribuir para manter os prados, ao passo que, para os monogástricos, se podem utilizar sobras e coprodutos da transformação alimentar e agrícola que, de outro modo, seriam desperdiçados. As estratégias de alimentação dos animais são concebidas para dar resposta à evolução dos requisitos nutricionais em consonância com a melhoria genética e os requisitos em matéria de saúde e bem-estar dos animais. No entanto, não existe uma solução única aplicável a todos os sistemas de produção, a todos os animais e a todas as regiões. Contudo, a otimização das estratégias de alimentação animal poderá reduzir a dependência da UE de proteínas vegetais importadas, criando simultaneamente cadeias de valor para as proteínas cultivadas na UE e melhorando a sustentabilidade.

Uma vez que nenhuma abordagem única se adequa a todos os sistemas ou regiões, os fabricantes de alimentos para animais desempenham um papel fundamental no equilíbrio entre as necessidades nutricionais dos animais, a disponibilidade de ingredientes, a acessibilidade dos preços e a sustentabilidade. Formulam alimentos compostos para animais a partir de uma vasta gama de matérias-primas e aditivos para a alimentação animal, locais e importados, adaptando-se simultaneamente às restrições ambientais, regulamentares e de mercado, a fim de apoiar um

⁽⁴³⁾ Agência Europeia do Ambiente, *Protein diversification in Europe: risks and opportunities for sustainable food systems* [não traduzido para português], 22 de junho de 2026.

desempenho ótimo dos animais. Este papel é particularmente importante, uma vez que os alimentos compostos para animais representam uma percentagem significativa da procura total de alimentos para animais e que os custos dos alimentos para animais são o principal fator económico na produção animal.

Com vista a promover uma bioeconomia circular, a utilização de restos de géneros alimentícios, subprodutos e coprodutos da produção alimentar como alimentos para animais apoia os objetivos da bioeconomia circular, ao diminuir os resíduos, preservar os nutrientes e proporcionar benefícios económicos e ambientais. A política da UE incentiva os Estados-Membros a darem prioridade à utilização segura na alimentação animal em detrimento de opções de menor valor, como os biocombustíveis, a compostagem, o biogás, a incineração ou a deposição em aterro, desde que sejam cumpridos todos os requisitos aplicáveis em matéria de segurança dos alimentos para animais e outros requisitos legais. Os alimentos circulares para animais podem também implicar a ponderação de novas fontes de nutrientes para utilização na alimentação animal, como as proteínas provenientes de insetos.

- **Diversificar as importações, alinhando simultaneamente as normas de sustentabilidade**

Embora o presente plano apresente medidas práticas para impulsionar a produção da UE no sentido de uma maior autonomia, enquanto isso, a diversificação das importações ajuda a reduzir os riscos de dependência. Os acordos de comércio livre existentes (e futuros) que a UE está a celebrar com vários parceiros comerciais constituem uma base para a diversificação das importações e das exportações. É provável que, no futuro, se mantenha a dependência das importações de proteínas para a alimentação animal provenientes de países terceiros. Tendo em conta a aplicação de direitos nulos à soja em grão e ao bagaço de soja, bem como o número limitado de origens de aprovisionamento destes produtos, os vários acordos de comércio livre que a UE celebrou com países terceiros ajudam a consolidar este acordo e a diversificar o aprovisionamento de soja na UE. A UE utilizará a sua diplomacia no domínio agroalimentar para diversificar ainda mais as cadeias de abastecimento e abrir novos corredores de aprovisionamento.

A Ucrânia, país vizinho e candidato à adesão à UE, poderá ajudar a reduzir o défice de proteínas da UE e torná-la mais ágil, com uma cooperação centrada no alinhamento das normas de produção, em especial para a soja. A UE trabalhará com a Ucrânia em domínios de cooperação que beneficiem ambas as partes, como a produção de soja, assegurando simultaneamente condições de concorrência equitativas e uma concorrência leal.

Em termos de um melhor alinhamento das normas de produção, já foram tomadas várias medidas.

Na sua Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar, a Comissão comprometeu-se a assegurar que os pesticidas perigosos proibidos na UE não sejam reintroduzidos através de importações. Para complementar iniciativas anteriores⁽⁴⁴⁾, a Comissão apresentou uma proposta *omnibus* sobre géneros alimentícios e alimentos para animais e realizará uma avaliação de impacto sobre a possibilidade de alinhar as normas de produção dos produtos importados.

A produção de proteínas pode ter implicações significativas na utilização dos solos. O quadro legislativo europeu, nomeadamente o Regulamento Desflorestação da UE⁽⁴⁵⁾ e as alterações indiretas do uso do

⁽⁴⁴⁾ O Regulamento (UE) 2023/334 da Comissão, de 2 de fevereiro de 2023, reduziu os limites máximos de resíduos das substâncias neonicotinoides clotianidina e tiametoxame ao limite de determinação analítica, a fim de proteger as abelhas e os polinizadores.

⁽⁴⁵⁾ Regulamento (UE) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio de 2023, relativo à disponibilização no mercado da União e à exportação para fora da União de determinados produtos de base e produtos derivados associados à desflorestação e à degradação florestal (JO L 150 de 9.6.2023, p. 206).

solo⁽⁴⁶⁾, dá resposta a estas preocupações. No entanto, podem também ter impactos na cadeia de valor, tanto para os agricultores como para os comerciantes, exigindo uma atenção específica.

- **Desenvolvimento da produção interna de alimentos para animais e dos respetivos aditivos**

As mudanças nas fontes de proteínas e nos regimes alimentares dos animais exigem aditivos para a alimentação animal adequados. A utilização de aminoácidos nos regimes alimentares dos animais é atualmente a solução mais eficaz em termos de custos para reduzir a elevada dependência da UE das importações de soja, reduzindo simultaneamente as emissões de azoto e apoiando a saúde e o bem-estar dos animais. A diminuição do acesso ao mercado de aminoácidos essenciais (especialmente lisina e metionina) resultaria num aumento das importações de soja de países terceiros e numa maior libertação de azoto no ambiente. Do mesmo modo, suplementar os alimentos para animais com quantidades suficientes de vitaminas é uma condição prévia para a saúde e o bem-estar dos animais e para otimizar os desempenhos em qualquer sistema de produção animal existente. A deficiência de uma única vitamina pode ser suficiente para afetar o desempenho zootécnico, o que tem impacto na competitividade do setor pecuário da UE e pode comprometer a autonomia alimentar da UE.

A UE depende significativamente de países terceiros, em especial da Ásia Oriental, para quase todas as vitaminas e aminoácidos de que necessita para alimentar os animais.

Por conseguinte, a dependência da UE de vitaminas e aminoácidos importados representa riscos críticos para o aprovisionamento. A Comissão trabalhará com os Estados-Membros para corrigir estas deficiências, **protegendo e apoiando as suas capacidades industriais através de instrumentos nos domínios da competitividade e do comércio**, ao mesmo tempo que **explora a possibilidade de relocar a produção através das seguintes medidas:**

- **Lançar um estudo para avaliar a extensão das dependências da UE e o potencial para as atenuar.**
- Explorar as possibilidades, no âmbito do futuro FEC, de expansão dos projetos e proporcionar incentivos aos operadores da UE para que utilizem plenamente a capacidade de produção existente de aditivos/vitaminas para a alimentação animal, assegurem a continuidade do funcionamento e/ou invistam em novas capacidades.
- **Continuar a simplificar as regras relativas aos aditivos para a alimentação animal**, a fim de permitir a inovação e a disponibilidade no mercado no contexto do pacote *omnibus* sobre géneros alimentícios e alimentos para animais.
- Melhorar **o acompanhamento das vulnerabilidades e a identificação dos riscos críticos** relacionados com a produção de alimentos para animais/aditivos e criar opções de preparação pertinentes. Na sequência do relatório Niinistö⁽⁴⁷⁾, a Comissão adotou a Estratégia Europeia para uma União da Preparação⁽⁴⁸⁾ com o objetivo, nomeadamente, de reforçar a resiliência de funções sociais vitais, como a segurança alimentar.
- Neste contexto, a **Comissão continuará a centrar-se, em especial, nas dependências em relação aos aditivos alimentares e para a alimentação animal no âmbito do Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar** e refletirá sobre diferentes instrumentos, como os relacionados com **matérias-primas críticas, em termos de transparência do mercado, constituição de reservas, contratação conjunta ou outros**

⁽⁴⁶⁾ Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis (JO L 328 de 21.12.2018, p. 82).

⁽⁴⁷⁾ Conselheiro especial Sauli Niinistö, *Report: Safer Together — Strengthening Europe's Civilian and Military Preparedness and Readiness*, 30 de outubro de 2024.

⁽⁴⁸⁾ Comissão Europeia, *Estratégia para uma União da Preparação*, JOIN(2025) 130 final.

instrumentos, a fim de aumentar a resiliência a choques externos e estabilizar a disponibilidade e a acessibilidade dos preços.

4.5. Reforçar as cadeias de valor das proteínas da UE, melhorando a atratividade do mercado, incentivando a procura e promovendo soluções locais

- Apoiar regimes alimentares diversificados
- Utilizar diversos instrumentos a nível nacional e da UE para estimular a procura
- Assegurar responsabilidade e cooperação em toda a cadeia de valor

- **Apoiar regimes alimentares diversificados para reforçar a resiliência do sistema**

O sistema agroalimentar da UE oferece às pessoas uma grande variedade de escolhas alimentares seguras e de elevada qualidade. Há espaço para uma variedade de regimes alimentares em função das necessidades e preferências de cada um, o que inclui diversas fontes de proteínas vegetais e produtos animais produzidos de forma sustentável. A disponibilização de proteínas vegetais de origem interna de forma mais alargada e a preços mais acessíveis aumentaria a acessibilidade e as possibilidades de escolha dos consumidores. Por sua vez, regimes alimentares variados e mais equilibrados ajudariam a criar cadeias de valor viáveis para produtos de origem vegetal e produtos de origem animal integrados territorialmente, melhorariam os resultados em matéria de saúde pública e contribuiriam para os objetivos climáticos e ambientais da UE⁽⁴⁹⁾.

As escolhas alimentares dos consumidores são moldadas por ambientes alimentares, em grande medida impulsionados pelos preços e por intervenientes privados, mas influenciados pelas políticas públicas. Os instrumentos políticos nacionais, como a fiscalidade, a educação, as orientações dietéticas e as informações sobre os impactos na saúde, no clima, no ambiente e na sociedade, podem apoiar regimes alimentares mais saudáveis e diversificados. Outras alavancas para os intervenientes públicos e privados incluem a fixação de preços, a disponibilidade, a restauração nos estabelecimentos do setor público, a composição dos produtos e a informação dos consumidores, incluindo a rotulagem e a publicidade, tal como referido no Plano Corações Protegidos da Comissão.

- **Mobilizar diversos instrumentos europeus e nacionais para estimular a procura**

Para além das políticas nacionais, as políticas da UE desempenham um papel importante. Em conformidade com o relatório da Comissão sobre as normas de comercialização das leguminosas secas e da soja, a **proposta da PAC pós-2027 permite a introdução de normas para as proteaginosas, a fim de informar melhor os consumidores sobre a origem dos produtos**. Estas normas podem promover o consumo de produtos vegetais e apoiar campanhas da UE que destaquem os benefícios das leguminosas secas para a saúde e para a sustentabilidade.

A Comissão sensibilizará para as oportunidades no domínio das leguminosas e leguminosas secas no quadro do seu programa de trabalho anual de promoção e integrará esses produtos na próxima campanha a «Comprar europeu».

A contratação pública no setor alimentar pode estimular a resiliência e a sustentabilidade ao apoiar novas cadeias de abastecimento, garantir a procura de produtos sustentáveis e moldar os padrões de consumo. A Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar anuncia uma proposta que visa reforçar o papel da contratação pública. Refere que os contratos públicos devem aplicar o princípio da «melhor relação qualidade/preço» e remunerar os esforços em termos de qualidade e sustentabilidade.

⁽⁴⁹⁾ Comissão Europeia: Centro Comum de Investigação, *Closing the EU protein gap — drivers, synergies and trade-offs* [não traduzido para português], 2024.

A produção local de produtos de origem vegetal, em especial de leguminosas secas, está em plena consonância com estes objetivos e espera-se que beneficie desta abordagem.

O regime da UE de distribuição nas escolas⁽⁵⁰⁾ (que apoia a distribuição de leite, fruta e produtos hortícolas a milhões de crianças em idade escolar) pode apoiar ainda mais o consumo sustentável e resiliente, sensibilizando as crianças, através de medidas educativas, para os benefícios das leguminosas e familiarizando-as com o seu sabor.

- **Alinhar a fixação de preços e a tributação para refletir os custos associados à sustentabilidade e à resiliência**

Os preços têm grande influência nas escolhas dos consumidores e podem impulsionar a mudança para regimes alimentares diversificados. Tal inclui iniciativas de fixação de preços dos retalhistas alinhadas com o custo real dos alimentos sustentáveis e resilientes, apoiadas por práticas de rotulagem. Para além da fixação de preços, os retalhistas e as indústrias alimentares desempenham um papel importante ao oferecerem opções para regimes alimentares diversificados e ao promoverem opções mais sustentáveis.

Ao conceberem políticas fiscais adequadas, os Estados-Membros podem contribuir para a transição para um sistema alimentar resiliente.

Embora a mudança para mais produtos à base de proteaginosas na alimentação humana e animal não seja diretamente elegível para acordos de sustentabilidade nos termos do artigo 210.º-A do Regulamento OCM, os agricultores e outras partes interessadas da cadeia de abastecimento podem ponderar a inclusão, em acordos de sustentabilidade, de iniciativas que visem objetivos de sustentabilidade elegíveis, como a redução das perdas e da utilização de azoto, a melhoria da biodiversidade e outros objetivos conexos.

4.6. A circularidade como justificação económica

- **Biocombustíveis**

A produção interna de culturas com elevado teor proteico, além de reduzir a dependência das importações de proteínas, também contribui para a produção de coprodutos valiosos que podem ser utilizados como géneros alimentícios e alimentos para animais, bem como para a produção de biocombustíveis, contribuindo para a resiliência da UE tanto no setor alimentar e dos alimentos para animais como no setor da energia. **Na revisão do quadro pós-2030 relativo às energias renováveis, a Comissão avaliará a forma como pode ser aumentada a produção interna de biocombustíveis sustentáveis, proteaginosas e matérias-primas**, a fim de apoiar a autonomia estratégica e a resiliência da União, refletindo estes objetivos no quadro político global.

- **Adesão à bioeconomia**

A integração da perspetiva da bioeconomia é fundamental para a utilização sustentável dos recursos e para libertar todo o potencial das fontes de proteínas da UE, em consonância com o princípio da utilização eficiente da biomassa para aplicações de elevado valor, de acordo com os objetivos da Estratégia para a Bioeconomia. Para identificar os domínios em que a utilização dos recursos pode ser melhorada, a Estratégia para a Bioeconomia promove um melhor acompanhamento dos fluxos de biomassa, a fim de aumentar a transparência em todos os setores que utilizam a biomassa como género alimentício, alimento para animais, adubo, energia e outras utilizações industriais. Iniciativas como a Empresa Comum para uma Europa Circular de Base Biológica e o seu grupo de trabalho sobre os produtores primários também desempenham um papel fundamental na promoção da bioeconomia.

⁽⁵⁰⁾ Artigos 22.º a 25.º e anexo V do Regulamento OCM.

A Comissão trabalhará no **desenvolvimento de balanços da biomassa** para melhorar as lacunas nos dados sobre a disponibilidade de coprodutos e prestará apoio aos Estados-Membros na elaboração de balanços harmonizados das proteínas dos alimentos para animais e géneros alimentícios.

5. Conclusões

A forte dependência do sistema europeu das proteínas em relação a alimentos para animais com elevado teor proteico importados reflete um conjunto de desafios interligados, nomeadamente o subdesenvolvimento das cadeias de valor das proteaginosas, a importação de vitaminas e aminoácidos, a competitividade insuficiente, a disponibilidade limitada de terras, as pressões ambientais, a dependência de determinados sistemas pecuários em relação a alimentos para animais importados, os padrões de consumo e os obstáculos à adoção de proteínas alternativas.

A via para fazer face a estes desafios combina ações coordenadas e sistémicas em toda a oferta e procura de alimentos para animais e géneros alimentícios. Reforça a produção da UE ao incentivar as proteaginosas através de instrumentos da PAC e ao desenvolver cadeias de valor resilientes apoiadas por infraestruturas de transformação, uma maior utilização de contratos e investimentos específicos. Ao mesmo tempo, promove a diversificação das importações e sistemas pecuários mais eficientes e de base local, incluindo a extensificação assente em prados, estratégias de alimentação otimizadas baseadas em alimentos para animais de origem local, apoiadas por infraestruturas, incentivos de mercado e produção interna de alimentos para animais.

Paralelamente, a via estimula a procura através de regimes alimentares mais diversificados, melhores ambientes alimentares, contratos públicos, rotulagem e medidas de sensibilização, promovendo simultaneamente a investigação e a inovação em matéria de culturas, proteínas alternativas e bioeconomia e soluções circulares. Estas ações são apoiadas por uma maior coordenação das políticas, pelo alinhamento com os objetivos ambientais e pelo reforço do acompanhamento e do diálogo, assegurando uma transição de todo o sistema para um sistema europeu das proteínas mais resiliente, sustentável e competitivo.

Com a sua atitude empreendedora e adaptativa, os jovens agricultores, que estão frequentemente na vanguarda da adoção de novas tecnologias, práticas sustentáveis e modelos de negócio diversificados, têm um papel fundamental a desempenhar no aproveitamento das oportunidades associadas à transição para um sistema sustentável e resiliente de oferta e procura de proteínas.

Através de um contexto político favorável, a par de inovação específica, a UE pode acelerar a adoção de práticas sustentáveis e avançar para os **parâmetros de referência seguintes até 2035**, a fim de assegurar que a percentagem de proteínas provenientes de oleaginosas e proteaginosas originárias da UE e utilizadas como alimentos para animais na UE, que era de 25,8 % em 2025, atingirá 35 % em 2035.

ANEXO: Ações-chave

1. Desenvolver as cadeias de valor das proteaginosas na Europa e reforçar a posição dos agricultores

ID	Medidas
1.1	Monitorizar a utilização de alimentos para animais de origem local.
1.2	Fixar um parâmetro de referência à escala da UE para acompanhar a autonomia estratégica global da UE em matéria de proteínas.
1.3	Aplicar normas de comercialização para as proteaginosas na rotulagem relativa à origem.
1.4	Melhorar a adoção de critérios de sustentabilidade para a contratação pública de géneros alimentícios, serviços alimentares e máquinas de venda automática.

2. Melhorar o conhecimento sobre a autossuficiência da UE em proteínas

ID	Medidas
2.1	Estabelecer diálogos da UE sobre proteínas com os Estados-Membros relativamente à execução do plano da UE para as proteínas.
2.2	Lançar um estudo para avaliar a extensão das dependências da UE e o potencial para as atenuar.
2.3	Emitir orientações sobre um balanço nacional harmonizado das proteínas dos alimentos para animais e géneros alimentícios.

3. Incentivar a cadeia de valor das proteínas da UE

ID	Medidas
3.1	Explorar vias para investir em instalações de armazenamento e transformação, a fim de criar cadeias de valor resilientes para os alimentos para animais baseadas em matérias-primas com elevado teor proteico produzidas localmente, no âmbito dos planos de parceria nacional e regional e do FEC.
3.2	Facilitar a criação de rótulos voluntários ou de menções reservadas facultativas que certifiquem que os produtos pecuários são produzidos utilizando exclusivamente alimentos para animais da UE, nacionais, regionais ou locais, em colaboração com as principais partes interessadas da cadeia de abastecimento.
3.3	Sensibilizar para as oportunidades de financiamento das campanhas de promoção da UE que destaquem os benefícios das leguminosas para a saúde e para a sustentabilidade.
3.4	Aumentar a sensibilização para as leguminosas nos estabelecimentos de ensino através do regime de distribuição nas escolas, a fim de familiarizar as crianças com o seu sabor e aspeto e de as sensibilizar para os seus benefícios nutricionais.
3.5	Os Estados-Membros devem ponderar a possibilidade de promover políticas fiscais que melhorem o acesso dos consumidores a alimentos resilientes e a preços acessíveis.

4. Melhorar a competitividade das proteaginosas da UE e das proteínas alternativas

ID	Medidas
4.1	Elaborar uma metodologia de certificação para a agricultura e a agrossilvicultura em solos minerais, incluindo práticas que reduzam as emissões diretas e indiretas de N ₂ O dos solos agrícolas geridos através da utilização de proteaginosas, no contexto do Regulamento Remoções de Carbono e Carbonicultura.
4.2	Aplicar uma abordagem estratégica da I&I para a agricultura, as florestas, as zonas rurais e os sistemas alimentares.

	Financiar a investigação e inovação para promover a competitividade, a sustentabilidade e a resiliência das proteaginosas e das proteínas alternativas.
4.3	Partilhar conhecimentos e proceder ao intercâmbio de boas práticas sobre a autonomia local em matéria de alimentos para animais e a produção, transformação e valorização das proteaginosas através da rede da PAC da UE.

5. Aproveitar as parcerias na vizinhança europeia

ID	Medidas
5.1	Promover a cooperação com a Ucrânia enquanto país candidato à adesão à UE, a fim de diversificar o aprovisionamento de proteaginosas, alinhando simultaneamente as normas de produção, incluindo a Estratégia Global Gateway.